

movimento sindical; que a categoria não pode "jogar a tolha"; a seguir, entregou alguns folhetos. O Sr. Geirton informou que seriam sorteados alguns brindes entre os delegados. Em continuidade aos trabalhos o Presidente da Mesa, Sr. Anderson, acatou questão de encaminhamento do delegado Laércio (DF) para que a mesa agilizasse os trabalhos, indo direto aos pontos de votação, o que **foi acatado pela mesa**. O Presidente da Mesa começou a leitura dos artigos do Regimento interno da AGO para que os delegados apresentassem suas propostas para aprovação do mesmo. Alessandro (RS) propôs que a Plenária decida em caso de perda do cartão de votação, proposta aprovada. Célia Tosta (DF) propôs que no artigo quinto do Regimento da AGO fosse incluída a leitura do relatório da Comissão de Ética. Anderson(RO) fez contraponto, tendo em vista que a Comissão de Ética não estava presente nem fora convocada. Claudia Nassif (DEN) informou que esta questão é estatutária, não sendo prevista a presença da Comissão de Ética. Gil (PA) solicitou esclarecimento sobre o que muda se for aprovada a proposta de Célia. **A proposta foi reprovada. Clayton (SC) e Laércio se abstiveram.** Clayton (SC) propôs que a Comissão de Ética fosse convocada para a AGO devido sua relevância. Laércio declarou sua abstenção dujizando da relevância da presença do Conselho de Ética na AGO. As discussões sobre o RI foram interrompidas pelo Presidente da mesa, Anderson (RO), que solicitou fossem interrompidos os trabalhos para o almoço. Após o intervalo de almoço, às 14h30min, verificado o quorum, estavam presentes apenas 26 delegados, não estando garantido o quorum mínimo para reinício dos trabalhos. Às 14h42min foi reiniciada a AGO com o quorum de 36 delegados. Retomada a discussão sobre o RI da AGO. Maldonado(RJ) propôs a retirada do art.16 do RI que trata do controle de presença dos delegados. Clayton (DF) defendeu que os delegados devem ter sua assiduidade confirmada por outros meios que não sejam a proposta colocada no artigo 16. Alessandro (RS) defendeu a manutenção do artigo. Diego (TO) pediu esclarecimentos quanto às formas de controle que foram efetuadas na última AGO. O Tony/PB explicou como foram efetuados os controles de presença na AGO da PB. **Por contraste, foi mantido o artigo**. Em seguida foram votados os destaques. GIL/PA sugere que todos os delegados faltosos sejam denunciados para que as bases tenham conhecimento as atitudes das pessoas que eles elegem. O delegado do Rio de Janeiro, Luiz Inácio, pede para que o Sinasempu divulgue na sua homepage a relação dos delegados que estavam ausentes nas votações. Em regime de votação os delegados decidiram que devem ser expedidos certificados de presença. Foi **aprovada a redação do caput do artigo 16 que prevê que todos os observadores receberão certificados**. Colocada em votação a manutenção do percentual de 80%. Após as várias supressões e inclusões de

propostas dos delegados visando aperfeiçoar o RI proposto pela DEN e facilitar a condução dos trabalhos pela mesa o **Regimento Interno da AGO foi aprovado**. Em seguida o Conselho Fiscal Nacional assumiu a mesa e foi feita a leitura dos relatórios do Conselho Fiscal. Na sequência, foi aberto o debate para discussões relacionadas ao Relatório. Alexandre Senhorini(DF) prestou esclarecimentos sobre o item 1 das Constatações do Relatório referente a SS/DF, informando que realizará o ressarcimento da despesa. Em relação ao item 2, esclareceu que os colegas que utilizaram as diárias moravam em cidades-satélites de Brasília, solicitando que fosse colocada em votação das contas do DF. Foi questionado se a Plenária tinha competência para aprovar contas de SS. Anderson (RO) salientou que existe competência da AGO para a aprovação das contas por dois argumentos: quem pode o mais, pode o menos e a existência de precedente. Clayton (SC) defendeu a remessa da aprovação do parecer do CF sobre as contas do DF para assembleia local. Tony (ES) justificou a competência da AGO para aprovação das contas reforçando os argumentos anteriormente apresentados e fazendo referência ao art. 59 do CC. Alessandro levantou questão de ordem ressaltando que não existe convocação da AGO para apreciar as contas. Luiz Ivan (DEN) esclareceu que existem precedentes em sentido contrário, também. Alessandro (RS) ressaltou que a AGO não foi convocada para o fim de aprovar contas das seccionais, e que o art. 59 do CC não tem aplicabilidade. Tony (ES) defendeu a apreciação das contas pela Plenária. Clayton (SC) defendeu que o fórum correto para apreciação das contas das seccionais é a assembleia local, no Estado. Sendo colocado em votação, **foi aprovado que o parecer deverá ser remetido a base local para ser apreciado em AG no DF. Por extensão, todas as contas das Seções Seccionais seriam remetidas para julgamento pelas respectivas base** . A seguir, passou-se às manifestações acerca do relatório da DEN, gestão anterior. Foi proposto pela mesa que as pessoas que foram citadas nos relatórios tenham 10 minutos para realizar sua defesa. Alessandro (RS) suscitou questão de encaminhamento para que se realize os destaques, os citados se manifestem e sejam realizadas as votações. Clayton (SC) sugeriu que se retire os pontos polêmicos, aprova-se os relatórios e submeta-se os pontos polêmicos a uma comissão. Laércio (DF) suscitou questão de ordem dizendo que a questão já está na justiça. A mesa propôs conceder 10 minutos para Laércio (DF), 10 minutos para a DEN e 10 minutos ao CFN. Paulo Rabelo esclarece que o CFN só encaminha o relatório e a assembleia é que delibera. Foi **aprovada a defesa de 10 minutos para cada.** **Célia Tosta se absteve** e fez sua declaração de voto demonstrando inconformidade com o modo como o processo foi conduzido. Laércio Reis (DF) defendeu-se das constatações apresentadas no Relatório. Célia Tosta

(DF) também se defendeu das constatações postas pelo CFN. José Marcos Lisboa (BA) confirma que houve irregularidades na eleição da Bahia e que Célia Tosta(DF) foi prejudicada. Luiz Ivan esclareceu que já existem várias ações judiciais de Laércio contra o Sinasempu e que há apenas uma ação do Sindicato contra o Laércio (DF) cujo objeto é a devolução de um aparelho celular pertencente ao Sindicato, o qual até a presente data não foi devolvido por Laércio. Luiz Ivan diz que o alto valor em dinheiro, gasto por Laércio e apurado pelo Conselho Fiscal, pode ser reavido e que acha justo o Sindicato entrar com uma ação contra qualquer filiado, desde que necessária. A mesa alerta que devido às interrupções nas falas, dará um aumento de trinta e cinco segundos no tempo da pessoa que tiver sido interrompida. Adeline Castilho(DF) pede a palavra por ter sido citada nas palavras do Laércio. São dados três minutos para que ela defenda-se. Célia Tosta se abstem de votar afirmando que a AGO não é tribunal e que, se cada pessoa citada pedir defesa será gasto um tempo enorme para os debates. Adeline esclarece o CFN pediu redução do pagamento de horas extras pagas aos empregados devido a um aumento de horas extras abonadas por Laércio. Laércio requereu a suspensão da discussão da matéria, pois entende que não foi lhe dada ampla defesa. O requerimento foi votado e **por contraste foi negado o pedido.** Paulo Rabello informou que foi dada ampla defesa a Célia Tosta e foi instaurado procedimento administrativo no Conselho Fiscal para identificar a conduta dela enquanto membro do Conselho. Paulo salientou que o Conselho Fiscal apenas examina os números, não possuindo nenhuma atuação política. Silas (BA) pede esclarecimentos para que Adeline confirme se enviou Célia Tosta como delegada da Bahia para a VIII AGO. Adeline confirmou que sim. Mas que o fez para evitar uma injustiça com Célia. Foi concedido a Adeline um minuto para que ela fizesse esclarecimentos adicionais. Luiz Inácio (RJ) disse que se estava perdendo tempo nas questões políticas, e não nas questões técnicas. Solicitou esclarecimento ao Conselho Fiscal acerca do relatório financeiro e pediu explicações quanto as despesas com passagens terem aumentado quase trezentos por cento (300%) no período eleitoral. Paulo explicou que havia autorização para isso e que o juízo de mérito é dos delegados. Paulo Regis, do CFN, explicou que houve um deslocamento do CEN e que a DEN paga essas despesas. Boura (MT) pede esclarecimentos com relação ao Manoel Ricardo ter ido para AGO nas mesmas condições da Célia Tosta, mas que seu nome não saiu no relatório. Laércio pediu desculpas pela intensidade de sua defesa e diz que falou no calor do debate. Laércio pede vários esclarecimentos ao CFN sobre vários gastos da DEN. Foi esclarecido que Manoel Ricardo foi referendado pela AGO com delegado de base. O CFN também esclareceu as dúvidas de Laércio. Célia Tosta afirma que houve

aumento das despesas de passagens fora do período eleitoral. Clayton diz que o CFN precisa detalhar melhor o que foi gasto com hospedagem e diárias. Amaro (RJ) sugere que no dia 28 as contas sejam vistas e depois aprovadas. A proposta foi rejeitada, por contraste. Clayton propõe a rejeição das contas. Laércio propõe para que as contas apresentadas sejam desmembradas para efeito de aprovação. Paulo Rabello explica que houve muito trabalho e por isso as contas foram analisadas juntas. A mesa encerrou as questões de esclarecimentos e de ordem. A plenária decidiu que não serão aceitos novos pedidos de esclarecimentos e de ordem. A mesa colocou três proposições. Uma do Laércio diz que as contas devem ser desmembradas. A proposta foi rejeitada por contraste. A proposta de Clayton para a rejeição das contas. Com 43 votos foram aprovadas as contas da DEN, com ressalvas que serão votadas à parte, registradas 04 (quatro) abstenções, e Luiz Inácio(RJ) declarou que se absteve de votar porque não olhou as contas e entende que os delegados precisam analisar as contas e não só o relatório, senão o julgamento acaba sendo mais político do que técnico. Os trabalhos foram encerrados no 26 de outubro de 2005 às 21h30min. No dia 27 de Outubro de 2005 os trabalhos foram reiniciados às 9h45min com quorum de 40(quarenta) delegados aptos a votar. O presidente da mesa alerta de que, conforme o regimento da assembléia, as abstenções sejam dadas por escrito. Clayton afirma que essa mudança foi abolida e que é preciso que se escute a fita para esclarecer a dúvida. A mesa colocou a questão à Plenária, que decidiu por 32 votos a favor da mesa e 17 contra a manter a decisão de que as abstenções sejam dadas por escrito. A seguir, a mesa informou a Plenária que haviam sugestões do CF a serem votadas. A mesa encaminhou as ressalvas que ficaram pendentes de serem analisadas. Laércio Reis defendeu que o relatório já foi aprovado, devendo seguir os trabalhos com prioridade ao PCS e que se encerre a discussão por aqui. Ângela (AC) entende que é preciso que a AGO delibere sobre quais as providências precisam ser tomadas quanto as ressalvas apresentadas no relatório do CFN. Célia alerta à AGO de que o estatuto não fala nada sobre votação de relatório com ressalvas. Em regime de votação foi colocado o que fazer sobre as ressalvas. Ednaldo propõe que a aprovação do relatório já é suficiente para que a DEN tome as medidas necessárias, sendo a proposta aprovada por contraste. A seguir, passou-se para a discussão do Plano de Lutas. Foram encaminhados alguns assuntos para serem discutidos dentro do Plano de lutas. Ficando a ordem dos trabalhos definida como informes, análise de conjuntura, PCS, jornada de trabalho, assédio moral, saúde do trabalhador/Plan Assiste, remoção, diárias, reestruturação do MPU, reajuste/auxílios. Ângela(AC), explica que eles trabalham oito horas e que o procurador- chefe toma atitudes que prejudicam os servidores e que os colegas

também traem uns aos outros, que o assédio moral é muito forte naquela região e que muitos sentem medo. Helena(Al) que afirmou que os procuradores não estão preparados para gerenciar a instituição e que faltam analistas quadro de pessoal, que a carga horária é de oito horas, que muitos analistas são desviados para trabalhar com secretários. Ednaldo(AP) cobra da DEN um maior envolvimento com o caso "Pastana", que o horário de trabalho é de sete horas tendo uma hora para almoço e com ponto eletrônico. Rosineide(AM) diz que existe ponto na PRT e não na PR, que houve paralisação da maioria, que na PJM e na PRT o horário é de sete horas. Marcos(BA) diz que o horário é de sete horas, o ponto é feito por um computador que registra entrada e saída. Laércio(DF), informa que os motoristas trabalham 9 horas e que, no bloco A dos Subprocuradores, os servidores trabalham quatro horas, que no bloco administrativo o expediente é de sete horas. Após o relato de vários delegados sobre o funcionamento de suas Unidades de lotação, chamou a atenção uma denúncia de que no Espírito Santo há casos de nepotismo como a filha do Chefe de Gabinete e da sobrinha de procurador. Carlos(GO) diz que há muitos requisitados no lugar dos concursados, que houve paralisação no Estado. Luis Boura, diz que na PRT a Procuradora Chefe não recebe os servidores, que não houve paralisação dos servidores, que há assédio moral lá. MTS, pela patrícia, o horário é de sete horas, que os procuradores lá trabalham muito, que há cumplicidade dos membros com os servidores, que os servidores não se envolvem muito com o sindicato. Roberto Noronha(MG), diz que trabalham seis horas e meia, que os servidores não gostam de paralisação. Paulo Rabello(PA), diz que não assédio moral, que as condições de trabalho são boas, que há servidores extra-quadro, que houve mobilização de 100% mobilização. Gil Almeida, da PRM/PA, trinta por cento dos servidores foram processados e que o sindicato não ajudou nos processos, que trabalham sete horas, que paralisou dia 24 com oitenta por cento dos servidores. Marcio e Tony(PB), disseram que houve 100% de paralisação, que ponto eletrônico foi comprado, mas o procurador-chefe não quer implantar e por isso está sendo pressionado pelo PGR. Albanise (PE) diz são quarenta horas, houve uma paralisação de 47 servidores e que o procurador-chefe apoiou a paralisação. Márcia Broxado diz que a jornada é de sete horas, que houve uma grande paralisação na PR. Martinho(PI), que assinam ponto, que não há assédio moral, que há casos de nepotismo, que na PRT há casos de assédio moral, que há terrorismo pela procuradora-chefe, que há 51 servidores, que poucos participam dos movimentos. Rio de Janeiro, Ana Lúcia, realizou os informes informando o horário nas unidades. Luiz Inácio informou que na PRRJ são 7 horas de trabalho, com ponto eletrônico flexível. Na PRR2 existe assédio moral dos procuradores com grande nomeação de

sem vínculos; que o horário da PRR2 é de oito horas líquidas e que é preciso medidas enérgicas do sindicato para resolver a situação do Rio de Janeiro. Rio Grande do Norte, Flavio diz que . Rio Grande do Sul, Alessandro, diz que não há ponto em alguns lugares, que há muitos paraquedistas ocupando funções, que existe cartão eletrônico, que houve paralisação no dia 19 , que a seccional funciona. José Waldir(RO), que são sete horas de trabalho para quem não tem função e oito para quem tem, denuncia que na Codin o trabalho é excessivo. Anderson(RO), diz que houve um ganho com o banco de horas, que há poucos paraquedistas, que houve uma paralisação de 100%, que há uma relação boa com os procuradores. Beth(SP), diz que houve uma paralisação em algumas unidades, que há horários de sete ou oito mais uma hora de almoço, que há grande casos de assédio, que na PRT 15 muitas pessoas de licença médica. Eduardo Grasser(SP), diz que os motoristas não recebem horas extras na PRR2. Francisco(SE), diz que trabalham oito horas com uma hora de almoço, que o relacionamento com o procurador chefe não é muito bom, que não houve paralisação dos servidores. Diego(TO), diz que há poucos filiados(três), que há pouco assédio moral, que há uma boa conscientização dos servidores, são oito horas de trabalho com ponto eletrônico, com noventa por cento de paralisação e que há uma covardia dos servidores em tomar decisões, que há integração dos servidores em sua base. Luiz Ivan informou que dia 07/11 será encaminhada a minuta do PCS para o Conselho Superior; que estará encaminhando ofício ao PGR para ele dê conhecimento da minuta à categoria e estará solicitando uma reunião com o Secretário-Geral. Alessandro (RS) salientou que os servidores não são ouvidos; que os servidores não tem mecanismos para se fazer ouvir; que os servidores não tem poder de pressão; Laércio (DF) salientou que nós vivemos um momento de crise; que precisamos ter uma democracia real; que precisamos ter um estado permanente de mobilização; que precisamos estar permanentemente em luta; que a nossa dificuldade de mobilização é logística devido a dificuldade de mobilizar em Estados distantes; Anderson (RO) salientou que não existe clareza na luta que devemos fazer; que quando vendemos a alma por salários, será que estamos fazendo a luta; que o nosso salário não é ruim; que a luta dos trabalhadores deve ser a luta social; que a nossa luta deve ser pela valorização da classe trabalhadora; que a nossa discussão não deve ser por salários, mas direitos; que a nossa luta tem se concentrado na defesa dos direitos apenas dos servidores do MPU; Beth(SP) diz que devemos separar o Judiciário do MPU; que precisamos nos unir às outras entidades; Luiz Inácio propõe que saia um documento da AGO para ser encaminhada ao Conselho Superior solicitando que seja retornada às entidades, a minuta do PCS antes de qualquer encaminhamento. A mesa interrompeu os trabalhos com recesso para o

almoço. Às 14h15min não foi possível iniciar os trabalho pois estavam presentes apenas 15 delegados. As 14h28min O quorum foi verificado, com quarenta e três delegados presentes. Colocada em discussão a proposta do delegado do Rio de Janeiro para que os membros do Conselho Superior do MPU não se manifestem sobre o PCS sem que as entidades nacionais de manifestem, Clayton(SC) pede para seja incluído um indicativo de greve no documento. Alessandro(RS) sugere que o Conselho Superior receba os membros de entidades e Albanise da PRPE sugere que o mesmo documento seja enviado para o PGR e que ele não envie a minuta para o Conselho Superior sem ouvir as entidades. Laércio propõe que seja produzido um documento para o Conselho e outro para CNMP. Aprovada a proposta, foi eleita, para elaboração do documento, uma comissão de delegados composta por Luiz Inácio(RJ), Alessandro(RS), Ângela(AC) e Clayton(SC). Na seqüência, iniciaram-se os debates sobre PCS. Rosineide (AM) e Nilo (RS) pede que seja incluída uma data em 2006 para pagamento do PCS. Ângela pede ajuda para que seja mantido o direito adquirido dos bacharéis em direito que já estão exercendo a advocacia e que seja garantida a prática jurídica aos servidores do MPU. Julio(MT) sugere que se limite o tempo de permanência dos servidores nos cargos e funções comissionados. Laércio Reis sugere que seja feito um indicativo de greve para que se tenha respaldo para negociar com o PGR, entende que é necessário um fórum de entidades que negociem. Foram abertas novas inscrições e Alessandro sustentou que não concorda que as bases sejam excluídas das discussões e das decisões sobre o rumo do PCS. Gil propõe que sejam criadas comissões locais de luta pelo PCS. Ângela enfatiza que tudo que foi dito precisa ser feito com urgência pois temos pouco tempo para conseguir a mobilização necessária. Roberto Negri propõe que seja feita greve e que devemos nos mobilizar sem medo. Clayton(SC) diz no eixo interno de lutas, precisamos trabalhar com a não admissão de perdas de direitos. Como eixo externo, devemos expor à imprensa as mazelas e nossos problemas. Anderson disse que a principal bandeira de luta é a valorização do servidor do MPU: 100% de concursados, não à perda de direitos e jornada de trabalho justa. Clayton esclareceu que a luta pelo PCS não é só dos filiados ao Sindicato. Todos os servidores estão nessa luta. Adeline falou da importância de agirmos antes da reunião do PGR em 07 de novembro. O ideal é ter mobilização um dia antes da reunião. O Luiz Inácio sugere a criação de uma Comissão Nacional de Mobilização com vigência até a aprovação do PCS. O Laércio reafirma que a data do dia oito é necessária para a mobilização dos servidores. Luiz Ivan esclarece que o sindicato é representante da categoria e não só dos filiados. Em seguida a mesa encaminhou as propostas. A de Ângela(AC) para garantia da prática jurídica ao servidor do MPU e manter o

direito adquirido dos servidores do MPU, foi aprovada, por contraste com a seguinte redação "os delegados são contra quaisquer restrições ao exercício de profissões". Foi aprovada a proposição que pede que todos as pessoas que ocupem FC 7 em diante só possa ter um tempo máximo de dois anos ocupando a função comissionada e que das FC 1 a FC 6 seja dada exclusividade aos servidores do MPU. A mesa encaminhou a proposição do tempo ou não para ocupação do tempo numa FC e foi aprovada pela plenária a limitação e também foi aprovada que o tempo máximo da FC é dois anos.

Fórum das Entidades. Laércio defendeu o fórum com as entidades que representam os servidores do MPU. Alessandro manifestou-se contrário ao Fórum. Em regime de votação, foi reprovado que seja dado mais tempo para a discussão do Fórum das Entidades. Em regime de votação foi reprovado por 34 a 35 votos a criação do fórum de entidades. Luiz Ivan comunica que acabara de ser protocolado ofício no gabinete do PGR pedindo audiência devido à informação do Conselho Superior ter se reunido e a minuta do PCS ser encaminhada ao CNMP sem que as entidades tenham condições de participar do que foi decidido.

Discussão de proposta de greve do Laércio. Laércio defendeu sua proposta e calendário de paralisação. Alessandro é contra pois considera perigoso engessar a categoria com datas por ainda não se saber o que vem por aí. Luiz Ivan esclarece que seria bom ter um indicativo de greve, mas que isso precisa ser discutido com as bases primeiro. Chegou-se a um consenso de que no dia sete serão realizadas assembleias para o discutir assunto e que esse dia seria o melhor dia para isso devido a provável reunião do Conselho Superior no dia sete. Em regime de votação, fica aprovada as assembleias para dia sete para opinar sobre o indicativo de greve. Luiz Ivan esclarece que é estratégico que se indique um dia para greve. Beth sugere que mobilização seja primeiro em Brasília e depois nos Estados. Em regime de votação, foi aprovada a indicação de greve para o dia 14 de Novembro. Clayton sugere que no dia sete de novembro, as entidades reúnam-se para formular um documento para ser entregue para as bases e a proposta foi aprovada por unanimidade. Luiz Ivan comunica que já existem camisetas disponíveis para os delegados e foram prensadas cerca de três mil e quinhentas camisetas.

Formação de núcleos de mobilização. Alessandro defendeu a mudança estatutária para formar núcleos nos locais de trabalho, em mobilização permanente. Luiz Ivan reforça mais uma vez que o Sinasempu é representante da categoria e não só dos filiados, também diz que é preciso fortalecer as Seções Sindicais. Gil diz que a comissão local de mobilização pelo PCS precisa reunir-se sempre e que não é contra a Seção Seccional. Alexandre Senhorini informa que existe oposição política dentro do sindicato e que daqui há pouco essas comissões vão querer ter verba própria, entre outras

coisas. Em regime de votação, foram 29 votos a favor da proposta do GIL e 33 contra. Proposta do Anderson, que seja adotada como bandeiras 100% concursado, não a perda de qualquer direito, unificação de jornada de trabalho de seis horas e valorização do servidor do MPU. Foi aprovada por maioria. Foi decidido que o horário do Jantar do dia 27 será às 20h. A mesa informou que devido à atitude de alguns delegados, que foram para Belém, serão passadas três listas de presença, como forma de prestigiar os colegas que estão na Plenária. Iniciada a discussão sobre Jornada de Trabalho. Já foi aprovada a bandeira de luta de jornada de seis horas. Luiz Inácio sugeriu que o Sindicato ajuíze uma ação de improbidade administrativa contra o controle eletrônico biométrico, visto que foi gasto uma quantidade enorme de dinheiro para implantar o ponto eletrônico e agora vai se desprezar todo o dinheiro gasto para ser implantado os pontos biométricos; que o Sindicato entre na justiça para obrigar os procuradores a submeter-se ao ponto eletrônico, na eventualidade de não se derrubar o ponto eletrônico para servidores. Anderson propõe que faça campanha específica para conscientizar os servidores, pois não podemos lutar só pelo aumento salarial. Silas (BA) defendeu o ponto eletrônico, dizendo que isso não se caracteriza um assédio moral. Eduardo (PRPA – Organização) salientou que o controle de acesso, muitas vezes, é garantia para o servidor; que existe na PRPA um banco de horas. Em regime de votação, foi votada a seguinte proposta: criação de núcleo de estudo para assédio moral, que foi aprovada por contraste; a segunda é a criação de ouvidoria para o assédio moral. Clayton se coloca contra pois no final das contas a ouvidoria se posiciona contra o servidor. Em regime de votação, foi aprovada que o Sinasempu adote como bandeira de luta a criação de uma ouvidoria no MPU para o assédio moral. Em regime de votação, foi aprovada a utilização de camisetas de protesto. Em regime de votação, foi aprovada que o Sinasempu entre com uma Ação Popular contra o desperdício público de dinheiro com a implantação do ponto biométrico. *Em regime de votação* Luiz Inácio defendeu que, caso o ponto eletrônico não seja derrubado para os servidores, ajuíze-se ação para que os procuradores sejam obrigados a registrar ponto eletrônico. Anderson(RO) salientou que existem casos de procuradores que não vão trabalhar; Propostas: que o Sinasempu ajuíze ações exigindo que os procuradores registrem ponto, a proposta foi rejeitada com 15 votos favoráveis e 28 contrários. Foram encerrados os trabalhos às 20h. No dia 28/10, às 9h45min. Foi apresentado requerimento, por um delegado, para destituição do membro da mesa Antônio Fernandes. O requerimento foi indeferido por não atendimento estatutário, eis que necessita de 2/3 da Plenária para destituição da Mesa, ou de um de seus membros. Prosseguindo os trabalhos, abriu-se as inscrições sobre saúde do trabalhador. Nilo/RS pede

que seja dada atenção a melhora da ergonomia dos equipamentos e que há norma do Ministério de Saúde que não está sendo cumprida. Ângela/Acre pede que, com relação ao PLAN ASSISTE, seja dada atenção ao percentual destinado à co-participação que prejudica os servidores e os obriga à pagar valores cada vez maiores. Ednaldo/Amapá diz que o subsídio dos procuradores aumentou e eles continuam a pagar o mesmo valor, e que defende um boicote ao plano. Aprovada a convocação da Adeline, como representante do SINASEMPU no Conselho do Plan Assiste, para dar explicações. Adeline diz que o Sinasempu conseguiu assento no Conselho Administrativo dos quatro ramos do Plan Assiste; que o Sinasempu tem reclamando muito sobre o percentual de oitenta por cento dos pais, que a Administração está tentando fazer a unificação de credenciamento, que está esbarrando na questão orçamentária, pois ainda não foi definido sobre quem toma conta do orçamento para pagamento dos benefícios. Ângela do Acre pede para que seja esclarecido se o Plan Assiste está inscrito na ANS e Cláudia Nassif diz que não e que como os servidores pagam pelos serviços gera-se uma situação ambígua. Alba\PE diz que há muitos problemas que precisam ser imediatos e acha injusto os procuradores pagarem a mesma coisa que os servidores pois a contribuição é progressiva. Geirton\DF fala que o dinheiro do plano deveria ser investido, que a Credijustra faria. Alessandro/RS propõe que é preciso que sejam criadas CIPAs nos ambientes de trabalho dos servidores, que o Plan Assiste possa ser realmente enquadrado como um plano de auto gestão paritária entre servidores e procuradores. Adeline esclarece que o sistema de auto gestão pode permitir que o Plan Assiste deixe de receber recursos do orçamento da União; Em regime de votação a proposta da Ângela(AC) para diminuição do percentual do custeio em relação dos pais dos dependentes e a proposta foi aprovada por maioria. Em regime de votação foi colocada a proposta de Ednaldo(AP) para se fazer um boicote ao Plan Assiste, foi rejeitada por maioria. Nilo, Caxias do Sul, propõe que seja feito levantamento em todas as unidades do MPU, para fins de constatar se estão sendo cumpridas as normas técnicas, no tocante as condições de trabalho (ergonomia/intervalo obrigatórios...), foi aprovada por contraste com uma abstenção. Alba/AM propõe que a contribuição dos procuradores deve ser sobre os seus subsídios e não sobre os do analista, foi aprovada com uma abstenção. Alba sugere que os pais não tenham a restrição de renda máxima para ser inscrito. Foi aprovada com 32 votos favoráveis e 26 votos contrários, e cinco abstenções. A proposta para contratação de ginástica preventiva às doenças decorrentes do ambiente de trabalho, por parte da administração, a ser implantada em todas as unidades do MPU, foi aprovada. Foi colocada para votação a proposta que seja dada ampla divulgação à situação de ergonomia

que aflige os servidores do MPU e que se use todos os meios possíveis para a divulgação, foi aprovada por contraste, e duas abstenções. Foi colocada em votação a proposta do Alessandro(RS) para que o Plan Assiste seja enquadrado em auto gestão, com inscrição na ANS, foi aprovada por contraste, com duas abstenções. Foi proposta que os servidores tenham representação no Conselho Superior do Ministério Público e também em conselhos por estados . A proposta foi debatida pelo Clayton e Alessandro. Foi aprovada por contraste com três abstenções que o Plan Assiste tenha a Auto Gestão paritária, e aprovada a proposta para que o Sinasempu busque assento no Conselho Superior do Plan Assiste, e aprovada por contraste, com cinco abstenções, a proposta que cria conselhos regionais do Plan Assiste. Os trabalhos foram encerrados para a almoço. Às 14h30min a mesa quis iniciar os trabalhos mas não houve quorum suficiente. Às 14h54min os trabalhos foram reiniciados com o quorum de 45 delegados. Foi aprovada a criação de CIPAs paritárias nas unidades do MPU. Célia\DF lê nota de repúdio para ser encaminhada à Administração, relativa ao concurso de remoção. O encaminhamento da nota foi aprovado. Moyses\PA sugeriu utilizarmos um banco de dados permanente, com os interesses do servidor em termos de remoção, para a utilização da administração, descontinuando os concursos de remoção periódicos. Foi proposto que seja ampliado o Auxílio Estudantil até a idade de dezoito anos, foi aprovada a proposta por contraste, com sete abstenções. Foi proposto a criação do Auxílio Moradia para os servidores do MPU, foi recusada, por contraste. Foi proposto o auxílio remoção para os servidores, foi aprovada a proposta. Foi proposto a criação de um Plano de Habitação para os servidores do MPU, foi aprovada a proposta, por contraste. Foi proposto que o Sinasempu requeira à Administração da PGR a divulgação da reestruturação do MPU, aos filiados. A mesa entende que tal posicionamento do filiado Luis Inácio não procede, pois a informação deve ser dada a todos os servidores, e não apenas aos filiados, foi aprovada a proposta, por contraste. Foi proposto que o Sinasempu divulgue em seu site todos os assuntos de interesse da categoria, foi aprovada a proposta, por contraste, e uma abstenção. Foi proposto que o Sinasempu requeira junto à PGR que seja publicado no site institucional do MPU as informações referentes à aplicação do dinheiro público pelo MPU, foi aprovada, por contraste, com 7 abstenções. Foi proposto que os concursos para servidores do MPU sejam regionais. Filiado Luis Inácio(RJ) foi contra a proposta pois o concurso e isso compromete futuras remoções. Filiado Alessandro (RS) também é contra porque o problema consiste em erros no RH do MPU e isso não deve comprometer o concurso em nível nacional. Moisés(PA) é a favor e acrescenta que não seria necessário tantas remoções se o concurso fosse regional, foi

rejeitada a proposta, com 28 votos favoráveis e 35 contrários, com três abstenções. Foi proposto a criação de banco de dados permanente de currículos para distribuição de FCs, visando escolher a melhor mão-de-obra, foi aprovada a proposta, com seis abstenções. A mesa propõe que o Sinasempu envide esforços no sentido de estabelecer uma comissão paritária entre representantes do Sindicato e da Administração para que apresente uma proposta de definição clara das atribuições de todos os cargos do MP, foi aprovada a proposta. Foi proposto a emissão de portaria pela PGR para melhorar as relações interpessoais envolvendo procuradores e servidores, foi aprovada a proposta com 32 votos favoráveis e 16 contrários. Foi proposto que o Sindicato proponha à Administração a criação de um sistema de avaliação dos membros e das chefias, pelos servidores, foi aprovada a proposta. Foi proposto a unificação das diárias com proporções iguais de deslocamento para os servidores, sem qualquer desconto, especialmente o auxílio-transporte, foi aprovada a proposta, por contraste, e duas abstenções. Foi proposta a volta das incorporações de funções ao salário, foi aprovada, por contraste e duas abstenções. Clayton pede que sejam realizados estudos para ser aplicada a partir de 2001, o critério de incorporação das FCs utilizado a partir de 1998. Filiado Luis Inácio posiciona-se contrário, aprovada com 33 votos favoráveis e 15 contrários. Foi proposta a criação de uma comissão pelo Sindicato referente a estudos visando a reestruturação do MPU, aprovada, por contraste, com três abstenções. Foi proposta a distribuição de verba uniforme e gerencial dos recursos entre os ramos do MPU, aprovada, por contraste, com 05 abstenções. Foi proposta a realização da reestrutura do MPU com grupos de trabalho regionais, aprovada por contraste, com 04 abstenções. Foi apresentado requerimento à mesa para que o filiado Laércio devolva o celular do Sinasempu à instituição. Filiado Clayton pede questão de ordem porque existe uma decisão judicial que deu a guarda do celular ao Laércio, mas concorda com o requerimento para evitar futuros desgastes. Presidente do Sinasempu esclarece que ao final da decisão judicial consta "libere-se o aparelho em favor do réu". Filiado Laércio concorda com a devolução, desde que seja ao Conselho de Ética. Na oportunidade a Mesa repassou duas notificações da diretoria do Sinasempu ao filiado Laércio sobre problemas de débitos. Alessandro propôs a leitura dos documentos para a Plenária, aprovada a proposta, sendo 39 votos favoráveis e 23 contrários (uma abstenção). Filiado Luis Inácio pediu questão de ordem sustentando que aquilo era violação de direitos constitucionais básicos do filiado Laércio, vez que a notificação é pessoal. Filiado Laércio pede questão de esclarecimento, no que a mesa concede. Disse que questões de cobrança de valores serão discutidas em vias judiciais. Beth(SP) esclareceu que foi testemunha que Laércio(DF) em outra

oportunidade também não quis receber um documento do Sindicato, mas acha que a leitura do documento é violação de direitos. Ângela(AC) salientou que notificação pode ser publicada, não se configurando violação de direitos. Colocou-se em votação a necessidade de abertura de novos esclarecimentos, sendo 39 contrários e 14 favoráveis. Clayton(SC) informou que se desfilia após a IX AGO. Laércio(DF) informou que não assinará o documento. Gil suscitou questão de ordem salientando sua preocupação com a continuidade da Plenária. Conclamou aos colegas uma reunião para discutir a organização da oposição ao sindicato. Marcelo Maidana(RS) propôs que os trabalhos sejam suspensos devido ao desgaste que todos se encontravam para discutir ponto tão polêmicos. Foi deliberado que os trabalhos reiniciarão às 8h. Foi iniciada a verificação de quorum e foi constatada que havia o quorum de 46 pessoas, foi aprovada a proposta de suspender os trabalhos, tendo uma abstenção. Desta forma, encerrou-se a reunião. No dia vinte e nove de Outubro às 08:45, foi verificado presença de apenas 27(vinte e sete) delegados, o quorum insuficiente para permitir o início dos trabalhos da AGO. Às 09:00 foi verificado que havia 45 delegados presentes. Lidos requerimentos de Paulo Rabelo(PA) e Luiz Inácio(RJ). Paulo pede que a pauta começasse com a eleição do Conselho Fiscal, para não haver atropelo no final da AGO. Luís Inácio posicionou-se contrário à proposta, acrescentando que o Conselho Fiscal é tão importante quanto a Comissão de Ética. Após debate entre os filiados Ednaldo(AP), Alessandro(RS), Marcos Lisboa(BA) e Martinho(PI) sobre o proposta, a mesa resolve encaminhar o requerimento do colega Paulo Rabelo quanto à eleição do Conselho Fiscal sendo aprovada a proposta, por contraste. Luís Inácio(RJ) propôs em requerimento que seja disponibilizada até as 17h de hoje uma cópia em mp3 de todos os arquivos de áudio da AGO até o dia de ontem, dizendo que a ata que está sendo feita pela relatoria não terá valor, pois a ata tem que ser feita pelo Secretário Geral da DEN. A mesa esclareceu que já havia conversado com o técnico e este disse que era possível. Luis Ivan afirma que as cópias digitais serão encaminhadas aos diretores seccionais e aos delegados presentes e por isso discorda da proposta. Filiado Alessandro (RS) complementa que é contrário ao requerimento pois a proposta estabelece horários e privilégios ao filiado Luís Inácio. Filiado Diego pede esclarecimento no sentido de que deveria ser pedido o original, ao invés de mp3, justamente para garantir a cópia fiel de todas as informações. Filiado Luís Inácio esclarece que o requerimento foi feito para facilitar o trabalho dos delegados, foi rejeitada a proposta, por contraste com 04 abstenções. Filiado Eduardo Grasser pede desistência da composição da mesa, e a mesa não acatou o pedido. A mesa encaminha a eleição do Conselho Fiscal. Apresentaram-se como candidatos os filiados Luiz Inácio (RJ), Martinho (PI),

Zé Waldir (RO), César de Castro (RS), Júlio César (MT), Douglas Galeno (PE), Cecília Lemos (RJ) e Sóstenes (AM). A mesa registra o comunicado de que o filiado Temístocles da PR-RR partiu ontem para economizar o erário sindical. A mesa esclarece os cinco mais votados serão os eleitos. Segue a apresentação de cada candidato, com dois minutos para cada candidato. Feita a contagem dos votos,

o novo Conselho Fiscal Nacional ficou composto pelos filiados: Martinho (PI) com 46 votos, Zé Waldir (RO) com 43 votos, Cecília (RJ) com 43 votos, Júlio (MT) com 41 votos e Douglas (PE) com 35 votos. Eleitos como 1º suplente César de Castro (RS) com 30 votos, 2º suplente Luís Inácio (RJ) com 29 votos e 3º suplente Sóstenes (AM) com 24 votos. Registra-se duas abstenções. Em seguida a votação para escolha do CFN, foi dada a palavra a Sra. Neide Solimões da Executiva da Condsef e também ao sr. Feitício, da Sindsep/PA, a pedido de alguns delegados. Após, foi proposto requerimento de inversão de pauta para votação da Comissão eleitoral e comissão de ética. Filiado Anderson (RO) posicionou-se contrário à proposta, colocando questão de urgência para a votação da alteração estatutária, esclarecendo que a comissão de ética somente é eleita para analisar determinado fato. Foi proposto requerimento para eleger a comissão nacional de reestruturação do MPU já aprovada durante os trabalhos. Filiado Alessandro (RS) posicionou-se contrário à proposta. Filiado Laércio (PGR) defendeu a proposta. Aprovada a proposta por maioria com 26 votos favoráveis e 24 contrários. Foi proposto que a comissão de reestruturação tivesse cinco titulares e três suplentes. Luís Ivan esclarece que a comissão é do Sinasempu e ficará vinculada à diretoria de Políticas Social e Cidadania. Apresentaram-se como candidatos Clayton (SC), Célia (DF), Laércio (DF), Luiz Inácio (RJ), Negri (SE), Adeline (DF), Amaro (RJ), Elizabeth (SP), César de Castro (RS), Alessandro (RS), Antonio (PB). Filiado Douglas esclarece que não há como votar nos candidatos Negri e Clayton por terem declarado nos trabalhos de ontem que irão se desfiliar. Luiz Ivan pede em público para que o Clayton não se desfilie, e acrescenta que o colega Laércio não pode ser votado porque além de agredir e desrespeitar o Sindicato, o estatuto não o permite, uma vez que ele está em débito para com o Sindicato relativo a sua contribuição mensal. A mesa propõe a votação sobre a questão do colega Laércio não poder se candidatar por inadimplência com as mensalidades do Sinasempu. Foi aprovada a proposta, por 26 votos favoráveis e 19 contrários, com nove abstenções. Em decorrência da proibição da candidatura de Laércio(DF), solidários a ele, os filiados Clayton(SC), Célia(DF), Negri(SE) e Elizabeth(SP) também tiraram suas candidaturas. Impossibilitado de candidatar-se por inadimplência relativa a sua contribuição financeira mensal, o filiado Laércio(DF) resolveu quitar, neste momento, a referida dívida para com o Sinasempu, habilitando sua candidatura à Comissão. Também se recandidatam Clayton, Negri, Elizabeth e Célia. Assim, são candidatos apenas: Luiz Inácio (RJ), Adeline (DF), Amaro (RJ), César (RS), Alessandro (RS) e Antonio (PB), Clayton (SC), Laércio (DF), Elizabeth (SP), Negri (SE) e Célia (DF). Realizada a contagem dos votos a comissão de reestruturação ficou assim composta: Clayton (SC) com 45 votos, Adeline (DF) com 40 votos, Antonio (PB) com 37 votos, César de Castro (RS) com 31 votos, Negri (SE) com 31 votos. Eleitos como suplentes: 1º suplente Alessandro (RS) com 27 votos, 2º suplente, Laércio (DF) com 24 votos e 3º suplente, Amaro (RJ) com 22 votos. Houve (01) uma abstenção. Foi encaminhada pela mesa a discussão das alterações estatutárias, para serem votados tão somente os pontos que forem consensuais, conforme proposta dos Diretores Seccionais. Alessandro (RS) discorda,

dizendo que não se pode aprovar um estatuto com base na correria e pede questão de ordem e respeito aos delegados das bases que não tem ciência do que foi discutido na reunião dos Diretores Seccionais. A mesa indefere a questão de ordem. Martinho(PI) pede esclarecimento se alguma alteração proposta por algum delegado será votada. A mesa esclarece que sim. A mesa disse que serão postos em votação todos os artigos propostos pela plenária. Júlio (MT) propõe a votação do estatuto em artigo por artigo. Ângela (AC) diz que aprovar uma proposta com vários artigos vai confundir os delegados, e também defende a votação de artigo por artigo. A mesa pede que os diretores seccionais retirem a proposta para que seja encaminhada a votação de artigo por artigo. Os diretores seccionais concordam. Inicia-se a votação de artigo por artigo do Estatuto. Art. 1º possui destaques de alguns delegados. A mesa abre inscrições para que cada delegado manifeste seu destaque. Clayton(SC) pede contagem do quorum. A mesa começa a deliberar sobre o quorum e o filiado Alessandro (RS) intervém pedindo questão de ordem para o quorum. O presidente da mesa registra que não vai conceder a questão de ordem pois está justamente encaminhando a questão do quorum. Neste momento exaltaram-se os ânimos e o presidente da mesa Anderson retira-se por desgaste devido às intervenções constantes do filiado Alessandro (RS). Suspende-se o trabalho por 3 minutos. O presidente do Sindicato Luis Ivan esclarece que o trabalho da mesa é desgastante e pede compreensão de todos pelo fato ocorrido. Alessandro (RS) manifesta-se pelo direito de defesa. Quanto à alteração do estatuto, a filiada Rosineide (AM) propôs que sejam votadas as três propostas encaminhadas sobre o art. 1º. Jorge Bellas(BA) propôs a suspensão dos trabalhos devido aos ânimos exaltados. Filiado Eduardo Grassler esclareceu que não existe proposta da filiada Elizabeth(SP) e sim da Seccional de São Paulo. Célia (DF) informa a presença de dois colegas da CONLUTAS que vieram visitar a AGO. A mesa propõe que a plenária ouça os colegas da CONLUTAS e em seguida se suspendam os trabalhos. A plenária aprova. Roselene Martins explanou sobre o papel da CONLUTAS no estado do Pará. Após a fala dos colegas da CONLUTAS, a mesa encerrou os trabalhos às 12:35h. No reinício dos trabalhos do às 14:30 foi verificada existência de quorum com 50 (cinquenta) delegados presentes, o que permitia o início das atividades na AGO. Foi lido requerimento de Roberto Noronha (MG) para que se antecipasse a votação do Conselho Nacional de Ética antes da aprovação do estatuto. Anderson(RO) fez um adendo para que a criação do CNE seja o primeiro ponto do estatuto e logo em seguida interrompe-se para a votação dos seus componentes. A proposta foi aprovada, por contraste, com uma abstenção. A mesa coloca a questão da filiação do Sinasempu a outras entidades antes que se vote o estatuto. Abriam-se cinco inscrições para debates com tempo de três minutos para cada delegado se manifestar. Filiado Clayton manifestou-se pela filiação do Sinasempu à CONLUTAS, acompanharam a proposta: Albanise(PE), Júlio (MT). Alessandro (RS) pondera e alega que a decisão deve ser tomada pelas bases e não pelos delegados ora presentes. Laércio (DF) defendeu que hoje é preciso militância, mobilização e, especialmente, filiação a outras entidades. Complementou que devem ser feitas assembleias nas bases e o que a base decidir seja aplicado. Patricia (MS) defende a não filiação a qualquer entidade, pois o SINASEMPU tem capacidade de autogestão e mobilização, para isso é necessário desenvolver um trabalho de base. Também defendeu que se houver a filiação a qualquer entidade pode haver a vinculação pela outra entidade de decisões que contrariem os interesses dos servidores do MPU. A mesa esclarece que só há um indicativo de filiação ao CONLUTAS lembrando que há previsão de plebiscito no estatuto para a filiação a outras entidades. Em votação obteve-se 16 votos favoráveis e 16 votos contrários, com 10

abstenções. O presidente da mesa desempatou a questão, votando favorável ao indicativo. A mesa informa da necessidade de uma reunião entre o Conselho Fiscal Nacional anterior e o que está assumindo. Houve proposta de que a reunião fosse paralela aos trabalhos da AGO. A mesa esclarece à plenária que se a reunião for neste momento haverá prejuízo de quorum. O presidente do SINASEMPU esclarece que para não prejudicar o andamento dos trabalhos, propõe que as duas comissões façam a reunião em Brasília. Filiado Antonio (PB) é contrário à proposta de Luiz Ivan, pois há 74 delegados eleitos/credenciados e não é justo que haja mais desperdício de erário do Sindicato por conta de delegados ausentes. Feita a contagem, constatou-se a presença de 57 delegados. A mesa encaminha a alteração estatutária conforme requerimento do Roberto (MG) antecipando a discussão do art. 5º do estatuto, para incluir o inciso III. Filiado Marcos (BA) propõe transformar no art. 84 a comissão de ética em conselho de ética, e incluí-lo no art. 5º como órgão de fiscalização e assessoramento do SINASEMPU. Júlio (MT) acompanhou a proposta de Marcos. Luis Inácio pediu esclarecimento à DEN no sentido de porque a comissão de ética foi criada em 2003 e dois anos depois a DEN não trouxe nenhuma proposta de consolidação no estatuto. A mesa esclarece que o estatuto prevê a criação de comissão para casos específicos, por isso que hoje está se alterando o estatuto para a criação fixa do Conselho Nacional de Ética. Luiz Ivan esclarece que o Conselho de Ética é apenas um órgão de assessoramento e quanto ao recurso que o Conselho Fiscal tem, o mesmo também poderia ser aplicado ao Conselho de Ética em caso de reunião dos membros. Foi pedida a verificação de quorum pela mesa, observando-se 63 delegados presentes. Foi aprovada a proposta por unanimidade. Aberta a discussão quanto ao número de componentes do Conselho. Houveram duas propostas: uma de três membros e outra de cinco membros e dois suplentes. **Foi aprovada a proposta de com cinco membros e dois suplentes, por contraste.** Em seguida prosseguiu-se com a eleição para os membros do Conselho Nacional de Ética. Inscreveram-se: João Jesus (MG), Luís Inácio (RJ), Roberto Noronha (MG), Alessandro (DF), Alessandro Gil (RS), Gil (PA/Marabá), Sóstenes (AM), Meire (DF), Márcio (PB), Anderson (RO), Nilo (RS). Anderson Machado (PR/RO) propôs que fosse veementemente recusada a decisão do colega Paulo Rabelo (PA) de que este não seria candidato a nenhum cargo nacional. Foi aprovada a proposta com um voto contrário, do colega Edinaldo (AP). A mesa retomou os trabalhos e Martinho (PI) informou sobre a composição interna do novo Conselho Fiscal: Presidente, Júlio (MT), Vice-Presidente, José Waldir (RO), Secretária, Cecília (RJ), e Douglas e Martinho como membros. Martinho pediu que os componentes do novo CFN votassem antes dos demais delegados para eleger o Conselho de Ética, pois precisam se ausentar da plenária para a reunião com o Conselho Fiscal que estava saindo. A plenária aprovou. Conhecidos os candidatos ao Conselho Nacional de Ética, a mesa iniciou o regime de votação. Contados os votos o Conselho Nacional de Ética ficou assim composto: Anderson (RO) com 44 votos, Meiry (DF) com 39 votos, Nilo (RS) com 36 votos, Márcio (PB) com 34 votos e Luís Inácio (RJ) com 31 votos. Como suplentes: 1º suplente, Sóstenes, com 30 votos e 2º suplente Roberto Noronha, com 28 votos. Registrou-se uma abstenção. A mesa retoma os trabalhos com a proposta de encaminhamento de Geovani no sentido de que os grupos que tem proposta de modificação estatutária destacarem um representante de cada grupo para tentarem ganhar tempo e poucas pessoas falarem. Edinaldo (AP) posicionou-se contrário à proposta. Geovani retirou a proposta. A mesa encaminha a votação do art. 1º do estatuto. Elizabeth (SP) manifestou-se no sentido de que deve constar no referido artigo "O SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO – SINASEMPU – é uma entidade democrática, autônoma,

desvinculada do Estado e sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado, de duração indeterminada, de representação sindical classista que congrega todos os servidores públicos concursados do Ministério Público ou com vínculo com a Administração Pública, ativos, aposentados e pensionistas independente de suas convicções políticas, partidárias ou religiosas". Filiado Laércio propõe Federação no lugar de Sindicato, sendo um adendo à proposta anterior. Filiado Alessandro Gil (RS) é contrário a questão de incluir o termo "federação". Filiada Elizabeth esclarece que na federação estarão incluídos vários estados pequenos como federação regional do sindicato. Presidente Luiz Ivan coloca questão de ordem no sentido de que o sindicato deve caminhar nesse sentido, mas atualmente essa proposta não deve ser aplicada. Filiado Clayton esclarece que o Sindicato Nacional permanece, mas será acrescentado também o sindicato federativo. Filiado Antonio (PB) propõe a manutenção do texto. A mesa tenta encaminhar a proposta e rejeita todos pedidos de defesa. A mesa pede verificação de quorum, verificando-se 59 delegados presentes. Filiado Antonio (PB) defende sua proposta. Filiada Elizabeth questiona que nenhum assunto está isolado da base e expõe que a federação é algo novo e que as pessoas tem medo do que é novo. Acrescentou que ninguém quer destruir o sindicato e a proposta é justamente tentar atualizar o SINASEMPU comparado aos outros sindicatos atuais. A mesa pergunta se a plenária está esclarecida, mas obtém algumas respostas negativas de alguns delegados. O filiado Clayton propõe o encaminhamento de mais duas defesas, sendo uma pró e outra contra. Em regime de votação sobre a necessidade de mais manifestações, obtém-se maioria de votos para novas manifestações. Aprovado por contraste. Filiada Adeline questiona que haveria burocracia para readequação dos sindicatos seccionais já existentes. Filiado Flávio (RN) questiona se após a federação o SINASEMPU vai continuar. Filiada Beth esclarece que administrativamente será diferente e haverá descentralização do poder, fortalecendo mais as seccionais. Filiado Clayton defende a proposta de federação com a alteração estatutária ou sem alteração. Filiado César (RS) pede questão de esclarecimento, mas a mesa nega porque ainda não se encerrou o trabalho das defesas. Filiado Antonio (PB) defende a proposta da manutenção do texto do art. 1º atual. Paulo Macambira (CE), diretor da DEN, também defende a manutenção do texto. Filiada Elizabeth retira a proposta do caráter federativo. Mas a mesa interrompe esclarecendo que a questão não é o caráter federativo, mas apenas se o texto será alterado ou não. Em regime de votação foi recusada por contraste a proposta de alteração do texto. Para modificação do Artigo 2º do Estatuto houve destaques. A mesa pediu o crachá de quem vai manifestar seus destaques. Laércio(DF) pediu para aglutinar os incisos I e II do art. 2º. Júlio (MT) pede que seja acrescentado o termo "nos estados e no DF" no inciso IV. Elizabeth(SP) propõe a alteração do inciso IV para que seja alterado "incentivar a organização dos servidores do Ministério Público da União nas Seções Sindicais". Também pede para incluir inciso VI com o texto "manter contatos, intercâmbios, acordos, convênios e projetos com entidades sindicais ou não, nacionais ou estrangeiras, em todos os níveis, preservando os princípios de autonomia e independência do Sindicato". Também pede seja acrescentado o inciso VII com o texto "Promover ampla e ativa solidariedade com as demais categorias de trabalhadores, buscando elevar seu grau de unidade, tanto nacional quanto internacionalmente, e prestar apoio e solidariedade aos povos do mundo inteiro que lutam contra todo o tipo de exploração do homem". Júlio(MT) retira a proposta dele. Laércio(DF) também retira a proposta. Ângela(AC) esclarece que o SINASEMPU não deve estar nas mãos de ninguém. A mesa encaminha se o artigo 2º deve ser alterado ou não, perguntando se os delegados são favoráveis à alteração do texto. Foi rejeitada a proposta, quantidade de

votos não atingiu o percentual estatutário. Júlio(MT) pede questão de ordem explicando que há o lado que quer alteração e o lado que não quer a alteração, e isso deve ser respeitado. Filiado Alessandro Gil (RS) esclarece que deve ser mantido o encaminhamento. Clayton diz que as propostas de encaminhamento prejudicam as propostas de alteração do estatuto. Anderson diz que os filiados devem saber qual o teor do texto, refletir, e só então decidir se vai ou não alterar o texto. A mesa pediu verificação de quorum, registrando-se 61 delegados presentes. A mesa encaminha de uma proposta de encaminhamento consensual, que é a suspensão do estatuto, discussão imediata das alterações do Código Civil no estatuto e a periodicidade das próximas AGOs, bem como o local da próxima AGO. A mesa encaminha a alteração do art. 9º do estatuto, sendo o novo texto "A Assembléia Geral Ordinária ocorrerá anualmente, devendo ser convocada pelo Presidente, com antecedência mínima de 45 dias". Outra proposta é que também deverá ser acrescido um artigo nas disposições transitórias dizendo que a Assembléia Geral Ordinária ocorrerá, anualmente, e a AGO de 2006 deverá ser realizada até o final de maio/2006. Patrícia pede por questão de ordem que o artigo 87 que trata da contribuição ao Sinasempu que é de 0,8% e ela afirma que caso o artigo seja mantido o sindicato terá desfiliações em massa na base dela. De plano a mesa indeferiu a proposição e a delegada pediu para que a ordem seja encaminhada ao plenário para votação. Foi aprovada a proposta, com 62 dois votos favoráveis, dispondo que as AGO sejam realizadas anualmente e convocadas com, no mínimo, de 45 dias de antecedência. Houve uma abstenção declarada do filiado Eduardo Grasser (PRT-15ªR). "Declaro a abstenção do meu voto por me achar manipulado pelas opiniões 'consensuadas' no tema 'alteração de estatuto'". A mesa encaminhou a votação do art. 20, propondo que fosse suprimido o inciso I e o inciso II ficasse com a seguinte redação "Quando requerido por 2/3 das Seções Sindicais, ou quando requerida pela Diretoria Executiva Nacional. Foi aprovada a proposta, com 63 votos favoráveis e uma abstenção. A mesa propõe a inclusão do art. 102 nas disposições transitórias para que "a AGO realizar-se-á em maio/2006. Foi aprovada a proposta, por 61 votos favoráveis. Com 3 abstenções. A mesa encaminhou a proposta da filiada Patrícia (MS) sobre a alteração do artigo que trata do valor das contribuições mensais dos filiados. Foi rejeitada a proposta, por contraste. Foi proposto pelo delegado Luiz Inácio Francisco Pinto que a plenária aprove o prazo de 90 dias para ser aprovada uma minuta que estabeleça uma minuta do código de ética para que os filiados opinem. Foi lido na plenária o requerimento do Negri/SE que pede que seja incluído um artigo no estatuto das seções sindicais que permita que as seções tenham possibilidade de fazer contratos sociais. O requerimento foi recusado por contraste, com duas abstenções. Adeline(DF) propõe que seja reduzido o número de filiados que dão direito de eleger delegado(atualmente 50 para 1) . Foi reprovada a proposta, por contraste. Eduardo Grasser declara a abstenção do voto por se achar manipulado pelas opiniões "censuradas" no tema "alteração de estatuto". Aberta a discussão sobre a cidade para sediar a próxima AGO, foram indicadas as cidades de Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Petrolina/PE, Rio de Janeiro/RJ e Aracajú/SE. Foi escolhida, com quarenta e um(41) votos, Brasília/Distrito Federal como sede da próxima AGO. A mesa encaminha requerimento do Clayton que pede que seja realizado um plebiscito sobre a filiação ou não à CONLUTAS. Alessandro diz que a Conlutas ainda não é uma entidade sindical oficializada. Geovani sugere que no plebiscito seja só dada uma autorização para que o sindicato filie-se a uma entidade sindical e na AGO se escolha a que melhor atende o perfil do Sinasempu. Aprovado o requerimento, com 32 votos favoráveis e 18 votos contrários, com cinco abstenções. Ficando ratificada a realização do plebiscito para a filiação ou não a Conlutas com a

possibilidade de se feito junto com as eleições para delegados da próxima AGO. Jorge Belas(BA) propõe que o Sinasempu divulgue nos jornais de maior circulação a ação interposta sobre a Funções Comissionadas. Presidente da DEN afirma que deve ser feito rifa para pagar a divulgação pois não há verba para isso. Foi proposto pelo filiado Negri que seja enviado release aos estados para a divulgação nos jornais de maior circulação. A mesa, por sua vez, coloca em votação a questão do envio dos releases com o site do SINASEMPU para

maiores informações. Foi aprovada, por contraste. A mesa delibera sobre a questão da elaboração do documento ao PGR pela comissão GIL (PAC) sugere que a DEN elabore o documento e encaminhe à comissão para que este ratifique seu teor e posterior encaminhamento ao PGR. A mesa encaminha a votação para que a DEN elabore o documento e posterior remissão à comissão. Foi aprovada, por 49 votos. com 04 abstenções. A filiada Célia propõe que após o encerramento dos trabalhos a mesa encaminhe por e-mail a todos os delegados a ata da IX AGO. Proposta do afiliado Edinaldo para que seja efetuada, no prazo de 90 dias, a regulamentação do art. 100, do estatuto, que trata da defesa de servidores do MPU em processos administrativos, para que conste a partir desta AGO. Foi aprovada, por contraste. Nada mais havendo a deliberar, foi encerrada a IX AGO pelo Presidente do SINASEMPU, Luiz Ivan Cunha Oliveira.

COPIA DE ATAS JURÍDICAS - (Av. M3 Sul) - Brasília-DF
FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB
NOME: 000022

Alexandro J...
Paulo

Luiz Ivan Cunha Oliveira
[Signature]

[Signature]
Brenno
Goig...
[Signature]

Luciano Martins de Medeiros
[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]